

Resumo: Este artigo pretende ser um contributo para a discussão sobre o enquadramento sócio-político das dependências. Neste sentido, oferece-se ao leitor uma análise alternativa para as questões do uso de álcool e outras drogas, relações aditivas, prevenção e tratamento, que passa pela adopção do ponto de vista da política cultural do quotidiano.

Palavras-chave: Política Cultural; Dependências; Valores; Prevenção e Tratamento.

Résumé: Cet article prétend être un contribut pour la discussion socio-politique des dépendances. Dans ce sens on offre au lecteur une lecture alternative en ce que concerne les questions du alcool, de la drogue, des relations de dépendance, de la prévention et du traitement. Cette lecture est liée à l'adoption du point de vue de la politique culturelle de la vie quotidienne.

Mots-Clé: Politique Culturelle; Dépendances; Valeurs; Prévention; Traitement.

Abstract: This article is supposed to be a contribution to the social political discussion on dependencies. On account of this the reader is offered an alternative analysis as far as the matters on alcohol and drugs, addicted relations, prevention and treatment are concerned, which depends on the cultural politics of the daily life.

Keywords: Cultural politics; Addiction; Values; Prevention; Treatment.

Para uma Política Cultural das Dependências. Breves apontamentos para a complementaridade da análise das relações de dependência

Regina Cláudia da Conceição Tralhão

Introdução

As Drogas fazem parte da nossa vida. Quer se queira, quer não. É inútil pensar que um fenómeno com dimensões planetárias, que envolve directamente tantas pessoas e com as implicações sociais e económicas que tem, poderia alguma vez passar-nos ao lado, como se estivéssemos *imunes*, quer às suas múltiplas e complexas causas, quer às suas consequências.

Mesmo sem se ser um indivíduo, familiar ou profissionalmente implicado na toxicodependência, o *problema droga* gravita à nossa volta e sentimo-lo diariamente nas suas mais variadas expressões, da pequena à grande criminalidade, dos adolescentes que se deixam *agarrar* ao grande número de vidas que se perdem.

As drogas vieram para ficar - para sermos mais sinceros, sempre se encontraram entre nós, desde há milhares de anos. As drogas são omnipresentes, cada sociedade historicamente definida inventa e gere as suas drogas definindo-lhes ritualidades próprias.

Sendo um produto cultural, os órgãos de Poder tendem a tolerar as drogas que são mais identificáveis com a tradição do sistema social vigente, segregando as demais, ou seja, rejeitando neste domínio os elementos de aculturação, exponencialmente perturbadores da tranquilidade.

O uso de drogas não é portanto uma realidade recente, ao contrário do que alguns possam crer. Apesar de actualmente se falar mais no problema, e de eventualmente haver um uso/abuso significativamente maior em termos de quantidades e de pessoas atingidas, as drogas sempre foram usadas pela Humanidade, seja na área da medicina, seja por puro e simples prazer e alteração da percepção da realidade (Macfarlane, A., Macfarlane, M. et Robson, P., 1997).

A abordagem do consumo de drogas nas sociedades contemporâneas é pois um acto político-cultural, nele convivendo noções dos foros clínico-psicológico, sociológico, económico e jurídico-criminal.

A droga tornou-se um problema, e a problematização de um fenómeno pressupõe desde logo a superação de um modelo já definido: "une chose devient problematique lorsqu' elle depasse les critères de la normalité, pratiqués dans une culture" (Szabo, s/d: 111). Porém, a existência de um problema faz supor a busca de uma solução; donde, os estudos sobre a droga (problema), visam alcançar o conhecimento do problema concreto e a respectiva solução.

Neste sentido, procuraremos aqui, dar relevo a uma análise alternativa para as questões do uso de drogas, relações aditivas, prevenção e tratamento, que passa por uma visão sobre a política cultural do quotidiano.

Para uma Política Cultural da Dependência

A revelação do surto de dependência veio afectar justamente as parcelas populacionais que se situam no limiar das expectativas de utilidade e instalou-se a desordem, por ausência de perspectivas de compreensão do fenómeno.

Desta convicção resultou a ideia de que uma política contra a droga deverá articular-se através de medidas de política social e não de carácter penal, preferindo uma lógica que possua repercussão etiológica e não simplesmente sintomatológica: ou seja, socializar em vez de penalizar, concedendo-se particular ênfase à passagem do Direito Penal a uma intervenção mínima, subsidiária e fragmentária, obedecendo aos princípios de preservação da esfera íntima de cada cidadão (Poiares, 1997).

Garcia-Pablos (1986) propõe como vertentes indissociáveis de uma política criminal da droga a racionalidade e a eficácia, de molde a que a dependência seja analisada sob um ponto de vista sócio-cultural, em detrimento do penal; donde, a cultura negativa da dependência, que assenta no medo e no desconhecimento dos contornos intrínsecos do fenómeno, determinando formas repressivas de reacção penal, deve dar a vez a uma cultura positiva, fundada no

poder da razão e na liberdade dos cidadãos.

Uma política criminal assim concebida terá como linha definidora, em cada caso concreto que se apresente, não o acto em si mesmo, mas o actor social que cada utilizador de drogas ou dependente é, procurando compreendê-lo como sujeito activo, na sua plenitude pluridimensional, em que se integram os elementos biológico, psicológico e sociológico, todos aportando ao Homem, essa *totalidade indivisível*.

Deste modo, na perspectiva de uma política cultural da dependência, as relações aditivas ocorrem quando as pessoas não se experienciam a si próprias e aos outros como sendo aceites pelo que são. Assim, os padrões aditivos caracterizam-se pela perda de controlo perante uma forma de relação e perante a negação de uma enorme variedade de experiências. Quando as pessoas abusam de substâncias ou se tornam dependentes de uma forma de relacionamento, estão a tentar *porém* a falhar encontrar algumas das suas necessidades. Contudo, estes padrões aditivos são comuns numa cultura que valoriza o *controlo* sobre o próprio e sobre outros e nega os aspectos cruciais da experiência quotidiana.

A falência da guerra contra as drogas conduziu a uma consciência crescente da natureza mais alargada do problema - este tem mais a ver com as relações aditivas ou de dependência do que com as drogas em si. E, neste sentido, é necessário usar a cultura quotidiana da pós-modernidade para uma política cultural radical (Forbes, 1994).

Esta cultura do quotidiano não é mais do que o terreno em que as pessoas fazem a sua própria história e sendo um domínio contraditório governado por signos culturais que contêm em si uma crítica implícita aos padrões aditivos modernos, conduz à possibilidade de uma política cultural que desafie a adição e promova a auto-expressão através de formas de relação mais fluidas ou menos rígidas.

Portanto, propomos deste modo, encarar a dependência como uma forma de relação social e encarar as relações de dependência como uma forma de política cultural.

Dependência, tal como a utilizamos aqui não caminha no sentido do termo médico para uma doença mas refere-se a certas formas de relacionamento quotidiano³.

Contudo esta dependência pode ir até ao exagero, até constituir-se uma verdadeira "toxicodependência".

Não é, assim, o produto "a" ou "b" que provoca dependência, embora algumas drogas sejam mais aditivas quer física quer psicológica. Uma das características da droga é levar a pessoa a desligar-se dos outros prazeres e interesses para se concentrar cada vez mais no prazer induzido por ela (Nuno Miguel, 1997: 25).

A maioria das dependências contudo, tem na base motivações várias em que pontuam a experimentação mas, principalmente, a fuga de uma realidade tida como insuportável, quer ao nível das ambições pessoais (e da gestão da frustração e da ansiedade que resultam de muitas vezes não conseguirmos atingir, ou julgamos não ir conseguir atingir esses objectivos), quer no relacionamento que temos com os outros - na família, no círculo de amigos e diversos grupos de pertença, na escola, no emprego, na rua e na sociedade em geral. É aqui que os factores disfuncionais psicológicos, por exemplo, na família ou na escola, ou os sócio-económicos (desemprego, pobreza, falta de habitação, várias formas de exclusão) desempenham um papel de relevo.

A ideia inicial de que a droga constituiria um "inimigo a abater" - mais cómoda para as famílias e para a sociedade, dentro de uma visão simplista e maniqueísta do bem e do mal - veio dar lugar a uma visão mais global, sistémica e compreensiva da situação, em que o elemento *droga*, apesar da sua enorme importância, não surge isolado nem *sobrevive* se não houver outros factores associados, estes sim inerentes ao indivíduo e aos seus diversos ecossistemas (cfr. Macfarlane, A., Macfarlane, M. et Robson, P., 1997: 38-39).

Dependência significa, então, uma forma ou qualidade problemática de como as pessoas tentam encontrar a satisfação para as suas necessidades pessoais e quotidianas de prazer e sociabilidade (cultura) e que tem a ver com o poder e o controlo (política).

Deste modo, um ponto chave acerca das relações de dependência como política cultural é que elas possuem simultaneamente dimensões pessoais e políticas (Forbes, 1994).

- Aspectos pessoais

Os *aspectos pessoais* envolvem o desejo de prazer, poder e segurança. Este esforço centra-se no direito a experienciar a natureza sensual do corpo e a tentativa de encontrar relações satisfatórias diferentes das do abuso de substâncias ou da compulsividade nas compras, no trabalho, no controlo sobre os outros, ou ainda outras actividades compulsivas e/ou demasiado obsessivas que tomam conta da vida das pessoas. Significa também o esforço para ultrapassar a negação e reconhecer e aceitar as vozes e perspectivas contraditórias que contrariam a única forma de expressão em que a pessoa se fixou.

Todos nós, gulosos, ávidos, impacientes, queremos, pelo menos, a paz, na melhor das hipóteses, a felicidade e o bem-estar. Deste modo, as coisas parecem faiscar com o poder de nos satisfazer. Nós cobizamos coisas. Olhar para elas, tocá-las, saboreá-las, cheirá-las, ouvi-las... possuí-las (Sissa, 1997: 7) O corpo faz-nos sentir os nossos bens e os nossos males.

O mundo industrial multiplicou a quantidade e a variedade das mercadorias, ficando nós, deste modo, divididos e impelidos quanto ao que, ao como, e de que modo realizar o nosso desejo de as ter ou usufruir.

O ser humano deseja. Ele, nós temos desejos, esses desejos têm uma causa, essa causa é sensível e culturalmente modelada.

- Aspecto político

O *lado político*, dirige-se às questões de poder no interior das organizações, bem como nas relações interpessoais. Isto é, muitas relações de dependência são marcadas pela tentativa de controlar outros, uma vez que a perda de controlo é aquilo que o dependente mais teme. Contudo, a tentativa para ultrapassar a dependência inclui a batalha para democratizar todas as formas da vida quotidiana, para eliminar o domínio arbitrário sobre os outros e libertar as vozes silenciadas que têm sido denegadas. Isto inclui a luta para aceder ao conhecimento e poder relevantes para todos em todos os espaços como a família, a escola, o trabalho, o consumo, a comunidade, e o Estado e

gozar o reforço próprio nas relações quotidianas. Esta abordagem requer uma visão livremente determinada e fluida das relações quotidianas nas quais as pessoas dão e recebem amor e são aceites pelo que são. As drogas, embora surjam como uma questão isolada e separada, são parte e parcela da forma cultural de que é feita a vida diária.

A crescente relevância atribuída ao problema das dependências na actual crise das drogas, para além das consequências directas e indirectas que a sua utilização acarreta, afectou e afecta toda a sociedade, não apenas em termo da angústia pessoal face ao abuso de substâncias, mas também através dos crescentes custos dos cuidados de saúde, perda de produtividade e crime. As drogas já são uma parte integrante do tecido social e não uma conspiração estrangeira ou uma anomalia doméstica (Forbes, 1994).

Nesta sociedade nós aprendemos a contar com as drogas de todas as espécies como substitutos para a falta de poder, segurança, e auto-aceitação, e, por vezes, isso leva-nos ao abuso.

Assim, o abuso de drogas e a completa economia das drogas não são o simples efeito de uma importação estrangeira, uma coisa demoníaca de outras paragens que possa ser erradicada; nem são qualquer coisa aberrante, como uma doença cancerígena que cresce no interior e que pode ser extraída. Elas fazem parte do quotidiano. São mercadorias: o lado da oferta refere-se ao fabrico e promoção das drogas e ao levá-las até às pessoas. O lado da procura refere-se ao desejo das pessoas para consumirem drogas.

Se não vejamos: todo o tipo de pessoas ou quer utilizar qualquer tipo de droga ou utiliza-o já, incluindo álcool, nicotina, cafeína, medicamentos, e substâncias ilegais. As drogas vão e vêm, os cenários aparecem e desaparecem, mas as drogas permanecem. As drogas dão prazer e as drogas são perigosas. Contudo, as pessoas usam drogas porque têm a noção dos benefícios das drogas e não porque se queiram prejudicar a si próprias.

Pergunta-se frequentemente: Por que é que uma pessoa se torna drogada? A resposta é que habitualmente não se faz tenção de vir a sê-lo. Uma pessoa não acorda de manhã decidindo que vai ser drogada. Não.

Uma pessoa não acorda uma manhã tomando uma decisão. Uma manhã, uma pessoa acorda doente! (Sissa, 1997: 19).

Como acontece? Qual o processo?

Numa sociedade competitiva que não afirma nem defende a dignidade básica a cada indivíduo, as pessoas tomam drogas para se automedicarem contra os sentimentos de insegurança, tristeza, dor, zanga, aborrecimento, ou apenas para ficarem insensíveis. Noutros casos, fazem-no para relaxar, fugir, jogar, ser sociável, sentir-se poderoso, aumentar e expandir a consciência, participar nos rituais religiosos e enriquecer as suas experiências ao nível sexual, emocional, espiritual e intelectual. Algumas tomadas de drogas incorporam o desejo de transcendência, iluminação, entrega, alegria, ligação e sensualidade. Outras vezes, tomar drogas é um meio de resistir e rebelar-se contra as forças sociais restritivas e controladoras. Quem usa drogas não é apenas o criminoso, o imoral ou o desviado. O facto de algumas pessoas de sucesso usarem drogas desfaz o mito contado às crianças de que o trabalho árduo e o sucesso são actividades compensadoras em si mesmas e suficiente para substituir o bem-estar que as drogas proporcionam, minando a crença de que é a pobreza por si que causa o abuso de drogas. Por outro lado, encontramos também a questão do sucesso individualista, competitivo e impulsivo, para o qual apenas são escolhidos uns tantos privilegiados desta cultura, que pode levar ao uso de drogas como um meio de lidar com o *stress*.

Por outro lado ainda, tomar drogas pode reorganizar o tempo de uma pessoa e preencher o vazio derivado de um sentimento de fragmentação do *self* e da vida quotidiana desintegrada. Algumas pessoas sentem-se mais completas e umas através do uso de drogas e ganham um sentimento de significação mais do que de desorganização.

Drogas como a cocaína activam e concentram desejo e poder na forma do corpo que se tornou uma fonte deslocada de subjectividade. Invocando mudanças rápidas, podem ficar em sintonia com as tendências culturais emergentes em direcção a mudanças

instantâneas de identidade.

Para muitos adolescentes e também adultos, o álcool e o crack servem de substitutos para a auto-estima, porque estas e outras drogas medicam os sentimentos dolorosos.

A heroína, por vezes chamada *mamã*, envolve o utilizador num sentimento de se sentir amado. Em alguns círculos da classe média, no início dos anos 90, o anti-depressivo Prozac tornou-se uma droga chique em que os seus utilizadores tinham/têm muita fé.

Alguns jovens embriagam-se para aliviarem o aborrecimento e a ansiedade; os seus pais negam o (ab)uso de substâncias e ficam muito aliviados sabendo que os seus filhos não tomam crack. É esta a realidade, apesar do facto de os acidentes relacionados com o álcool, como, por exemplo, conduzir embriagado, constituírem a maior causa de morte entre os jovens adultos. Muitos jovens atletas tomam perigosos esteróides para fortalecer o corpo de forma a competirem melhor. Esta mesma atitude é ainda seguida por jovens e adultos no sentido de optimizarem a sua performance a nível do seu desempenho escolar e profissional. Um número significativo de adolescentes inalam substâncias voláteis domésticas para ficar *high*, muitas vezes por se sentirem aborrecidos ou com dores.

Deste modo, a procura compulsiva de drogas reflecte a natureza consumista do quotidiano. A própria cultura consumista tem qualidades semelhantes às das drogas. O acto de consumir, com o seu ciclo semelhante ao da droga, de desejo, tolerância, síndrome de abstinência e procura do novo, existe por si próprio, desligado da produção e da necessidade material. Os media electrónicos, tal como as drogas, são capazes de gerar fantasias, simulações, ou degenerar a experiência num instante. As pessoas consomem drogas como uma forma rápida e mercadorizada de resolver problemas, para aliviar o seu mal-estar, aguentar o dia, ou apenas por tomar, frequentemente induzindo a necessidade de mais e melhor produto depois do *high* passar.

Na actual cultura, o uso de drogas também pode ser uma forma de resistir a participar nos ciclos da produtividade e do lazer. No processo de acumulação de capital, o tempo é uma medida abstracta de ordenamento do trabalho estruturado, no qual as hierarquias

encaram a última hora do dia como devendo ter a mesma produtividade que a primeira, apesar da fadiga do trabalhador naquele período. Todavia algumas drogas afectam o sentido de passado e de futuro, bem como a duração de um intervalo e assim se quebra a narrativa do tempo capitalista. A marijuana proporciona ao seu utilizador uma outra dimensão de tempo, marcadamente contrastante com a noção de tempo/dinheiro - tempo capitalista. Na verdade, uma das suas principais características é a noção de elasticidade de que o tempo encerra.

Os *highs* da cocaína podem reflectir o estilo cultural dos enquadramentos breves e das mudanças repentinas de tempo que provocam rupturas nas narrativas lineares. Esta espécie de resistência não é política no sentido tradicional, mas pode contribuir para a ruptura da estrutura do próprio controlo social.

Em suma, a procura de drogas como meio de autome-dicação e prazer inclui as drogas legais e ilegais e não é diferente do tipo de padrão compulsivo de toda a espécie de consumo de mercadorias na nossa sociedade. Assim, a questão mais saliente relacionada com o quando usar o termo dependência é a maneira como as pessoas vivem o seu quotidiano, não apenas no que respeita às suas próprias necessidades emocionais, mas em relação aos outros.

O lado progressista da extensão do termo médico de dependência aos comportamentos sociais é que ela nos esclarece acerca de alguns problemas como questões de saúde, dado que a medicina é uma linguagem do poder na nossa cultura.

Olhar para os actos compulsivos como doenças objectivas do ponto de vista da saúde pública retira-nos do âmbito das falhas pessoais ou morais e coloca-as na arena do interesse público sobre saúde e segurança que são valores presumidamente universais, científicos e esclarecidos.

Contudo, esta visão tem um lado que a impede de ir mais longe enquanto política cultural. Ela não se liberta dos aspectos problemáticos do modelo médico que residem no poder dos especialistas e que impõem a necessidade de efectuar um tratamento ou uma cura para cada um o que assume ser uma forma neutra, objectiva, e universal, para identificar as pessoas

dependentes ou em alto risco, e para definir o problema. O modelo de saúde pública enquanto discurso cultural do poder, cada vez mais patologiza os comportamentos sociais que entende deverem ser trazidos para o seu controlo hierárquico.

Esta circunstância mistifica as relações de poder nas quais os comportamentos ocorrem. Chamar apenas doenças a diferentes comportamentos promove a perspectiva de que elas são subjectividades individuais ou de grupo que requerem um tipo de cura tecnocrática. Obviamente que algumas presumem tratamento médico objectivo. Contudo, estes comportamentos não devem ser abordados sem os referenciar no interior de relações de poder culturalmente concorrentes sob pena de se poder estar a negar o conhecimento necessário à sua compreensão. Definir determinados actos como saudáveis no interior de um clima político conservador pode resultar no reforço dos que estão no poder. Assim, a saúde torna-se um termo ideológico definido por critérios conservadores, um padrão de comportamento adequado, utilizado para silenciar outros que, *quicá*, se mostram à altura na abordagem desta questão. O que está ausente da linguagem da doença na saúde pública e na recuperação é uma compreensão da definição das relações de poder que requer diálogo crítico e acção política.

A Mudança na Consciência

Nos últimos anos a consciência pública expandiu-se num padrão concêntrico de uma visão estreita e míope focada nas drogas, para uma visão mais alargada das relações de dependência, em pelo menos três vias. *Primeiro*, alargou-se a problemática das drogas ilegais para todas as drogas, incluindo as legais do quotidiano de que a economia corrente está dependente. *Segundo*, o enfoque dado à *proibição da oferta* de drogas, através do reforço penal, tem vindo, progressivamente, a dar lugar à *prevenção da procura* de substâncias e ao reforço das relações na sociedade. E, *por último*, a preocupação com o problema dos perigos físicos imediatos das drogas está a ser substituída pela preocupação com os problemas relacionais mais profundos, relativos ao abuso de substâncias e à neces-

sidade de recuperação desses problemas que se estendem às actividades mercadorizadas do quotidiano.

Em qualquer dos casos a mudança apela para a necessidade de pensar numa visão alternativa de uma sociedade que não promova as dependências.

Prevenção e Tratamento

Como as pessoas se tornaram mais conscientes das consequências físicas, económicas e emocionais do uso e dependência de drogas legais, elas também reconhecem a ineficácia do reforço legal que visa a proibição total da venda e do uso de drogas ilegais.

Por um lado, nos países subdesenvolvidos do terceiro mundo os agricultores continuarão a cultivar coca ou papoilas, enquanto tal for rentável.

Por outro lado também, entre nós, a guerra contra as drogas lidou com algumas dificuldades na prevenção da entrada de drogas ilegais, até porque existem demasiadas formas de contrabando. Aliás, as pessoas já podem fabricar drogas de desenho em laboratórios domésticos, inclusive análogos da cocaína e da heroína. Vender drogas ilegais é um negócio lucrativo para muitos e existem sempre novos substitutos para os que vão presos. Prender *dealers* e utilizadores retira alguns da rua por algum tempo, contudo, também existe um enorme consumo de drogas na prisão mas muito pouco em termos de tratamento, embora cada vez mais se caminhe numa lógica de implementação de medidas e programas nestes espaços.

Por outro lado ainda, seria mais eficaz, ao invés de se encarcerarem jovens, investir-se na educação, habitação e cuidados de saúde.

O reforço legal é em si próprio uma indústria crescente e algumas pessoas tornam-se dependentes do controlo pela força, como resposta para todos os problemas. Algumas das tácticas contra os utilizadores de drogas ameaçam as liberdades civis de todos nós. O reforço legal é dirigido a todos, mas tende a recair fortemente nos utilizadores e *dealers* de rua, enquanto os *dealers* de colarinho branco continuam impunemente a fazerem os seus negócios. Devido ao lucro que produz, o reforço legal tornou-se em si próprio mais um esforço ambíguo, no qual a linha entre bons rapazes e vilões

muda com frequência.

No entanto, legalizar as drogas não é uma panaceia, nem um ponto crucial do assunto. Descriminalizar algumas drogas é já um assunto em curso, mas descriminalizar não é legalizar, ficando este assunto em aberto.

Contudo, a legalização nada fará para prevenir o abuso de drogas por aqueles que têm menos acesso à segurança de qualquer tipo de apoio social ou médico e pode mesmo aumentar os incidentes de abuso ao tornar as drogas mais acessíveis. Quando se pensar um processo de legalização, este terá de caminhar lado a lado com a acessibilidade de tratamento e com medidas preventivas capazes de sustentar um processo saudável que, ao invés de uma propaganda anti-droga, deve apostar no esclarecimento. Quem consome drogas é melhor aconselhado com a exortação "Diz simplesmente eu sei" em vez de "Diz simplesmente não", esta última, completamente desligada da realidade (cfr. Walder & Amendt, 1999: 8).

Mesmo o tratamento de drogas, embora importante, não é uma via eficaz para reduzir a procura. O *Tratamento* tende a focar a responsabilidade pessoal para a mudança e não se dirige aos factores sócio-políticos que contribuem para o abuso de substâncias. Os tradicionais programas livres de drogas tendem a adoptar uma visão absolutista, de tudo ou nada, a partir da abstinência, ela própria uma característica do pensamento dependente. Eles seguem o princípio da responsabilidade moral individualista, em relação à capacidade de protelar o prazer e de controlar os impulsos. Tal facto coloca os clientes em desacordo com a cultura do dia-a-dia. Para os que finalizam um programa de tratamento, o desafio consiste em permanecer livres de drogas, quando regressam às suas comunidades; sendo porém esta realidade o mais difícil para quem regressa às circunstâncias adversas. *Com ou sem recursos, todos têm de aprender a viver numa cultura saturada de relações de dependência e com vários graus de uso ao nível do quotidiano.*

Os *Programas de Prevenção* tentam reduzir a procura de drogas por parte dos jovens. Visam ensinar-lhes competências de resistência, aumentar-lhes a auto-estima, de forma a que se sintam bem sem drogas, encorajam actividades alternativas e querem atingir os chamados

grupos de risco. No entanto, seria importante que não se ignorassem as relações de poder na cultura do quotidiano em que as pessoas se encontram e com que têm de lidar, desafiando, deste modo, a natureza mais vasta das relações de dependência na escola, na família, no local de trabalho e na comunidade. O rumo ideológico dos programas de prevenção tem sido em muitos casos, individualista, trabalha para mudar o comportamento individual das pessoas, em vez de se dirigir à natureza política das relações de dependência em si.

Alguns profissionais identificam os indivíduos chamados de alto risco, como sendo aqueles que tendem a ter atributos não normativos em termos de classe, *background* familiar e comportamento escolar. Então, os profissionais da prevenção oferecem-lhes a normatividade social, comunicação e as chamadas competências de vida, como se fossem remédios medicamente determinados. Este processo não é científico mas ideológico. Por exemplo, não existe ligação entre presumíveis traços de personalidade, com a consequente tendência para o comportamento de dependência, tal como acontece, com o alcoolismo. A etiqueta dúbia de "personalidade dependente" pressupõe que existam traços verificáveis, estáveis através dos diferentes contextos histórico-culturais. Mas este modelo não conduz à forma como a personalidade se envolve no interior de um nexos mutante de relações sociais que envolvem a família, o grupo de pares, a comunidade e a cultura popular. *Nem tem em consideração que as personalidades em mudança interpretam e actuam na cultura do quotidiano e transmitem-lhes a sua subjectividade.* Isto não quer dizer que o *self* individual não seja importante como oposição para as forças culturais. Pelo contrário, o *self* tornou-se o mais significativo como o locus onde os significados culturais são politicamente modelados e contestados. O facto de tantas pessoas hoje caírem na categoria de alto risco e de tantas se poderem relacionar com o sentimento de dependência, diz-nos alguma coisa da necessidade de olhar para a política cultural das relações de dependência quotidianas.

O lado progressista da redução da procura distancia-se das medidas repressivas que tentam eliminar a oferta de drogas. Em primeiro lugar, oferece a oportunidade

de perguntar *porque é que as pessoas precisam de tomar drogas? Que necessidades estão a tentar satisfazer, e porque é que as alternativas comuns não são substitutos viáveis?* Ao contrário da corrente tradicionalista, não tende para abordagens absolutistas do tudo ou nada, características das relações aditivas e não das relações fluidas.

Contudo, o campo da Prevenção e do Tratamento das drogas e do álcool chega a um impasse sempre que foca apenas o ensinamento da mudança pessoal acerca da tomada de drogas e álcool. Não se pode querer eliminar apenas a prática de abuso de substâncias, deve-se prescrever formas de vida alternativas. Isto é, não se pode apenas levar as pessoas a evitarem as drogas ou a pararem de as usar, sem desenvolverem implicitamente uma estável forma de vida ética e política como uma escolha mais convincente. Tratar as pessoas da sua dependência em sentido *pleno* significa contribuir para libertar as relações do quotidiano das qualidades aditivas que restringem o acesso ao conhecimento e ao poder. Significa criar relações democráticas saudáveis, através da sociedade, que sejam satisfatórias em si próprias, que evitem, de facto, que as pessoas se automediquem com drogas, enquanto falsos substitutos para o poder pessoal e político.

Comentário Final

Quer, através dos seus meios culturais, ele o saiba ou não, todo o utilizador de drogas dá uma resposta prática à questão humana do bem-estar. Por esse motivo, ele deve ser entendido. Entendido como tendo praticado um acto mal calculado, mas deveras tentador para todas as pessoas: anular as preocupações, negociar com a incompletude, a dificuldade, o sofrimento. Com efeito, todos pretendemos o mesmo... Nós, os filhos da preocupação, as criaturas da cura, como resistir ao remédio que materializa a tranquilidade de espírito? O prazer narcótico é fascinante porque é duplamente negativo: para além de negar a dor física, ele é sedação da dificuldade de viver. Qualquer droga é paradoxalmente anestésica. Mesmo os euforizantes (cfr. Sissa, 1997: 8-12).

Anos depois de ter abandonado o uso da cocaína, Freud escrevia com uma espantosa serenidade que o primeiro recurso contra o mal-estar da civilização - um mal-estar ao qual o animal político não consegue escapar, viva ele onde viver, é o uso de *quebradores de preocupações* (*idem*: 7). É deste modo que ele se refere às drogas e esta designação parece-nos interessante.

É tempo de compreender que estes indivíduos, os utilizadores de drogas, poderiam ter-se tornado nossos aliados. Enquanto os consideramos *out-group*, ou fora de nós, fazemo-lhes guerra como a bárbaros. Desde que os concebemos como *in-group*, ou conosco, eles dependem de nós e é como se fôssemos responsáveis por eles. Ou seja, ao invés de nos predispor-mos a procurar as diferenças que nos separam do outro, o estrangeiro, urge agora a necessidade de procurarmos as semelhanças e fazer recordar aos homens que, apesar de tudo, é em conjunto que vivemos. As marcas da distância deverão agora dar lugar à complexificação das aparências, para melhor sublinhar as proximidades (cfr. Xiberras, 1993: 195-196). Para compreender o outro na sua estranheza, é necessário estar à escuta de uma espécie de *linguagem silenciosa* da cultura (*idem*: 190). ■

Regina Tralhão

Docente Universitária

Adjunta da Coordenadora Nacional do Projecto VIDA.

^a Não queremos com isto retirar a importância e o poder das substâncias na criação de dependências. Reconhecemos o potencial aditivo que certas drogas têm. Sobretudo, admitimos a diferenciação dos efeitos específicos atribuídos a cada uma delas, em si próprias e no universo dos seus utilizadores. No entanto, o objectivo primordial deste artigo consiste em trazer à discussão a necessidade de os "efeitos" das diferentes drogas deverem, para uma melhor compreensão dos mesmos, abarcar todos os outros factores de natureza exógena (in)directamente modeladores do comportamento (factores ecossociais, culturais, etc.), no sentido em que aos efeitos psicotrópicos propriamente ditos, se associam importantes experiências, isto é, conteúdos afectivos, perceptuais, sociais, culturais e ambientais que vão ser memorizados e ganhar um determinado sentido pessoal. Assim, propomos que as toxicodependências não sejam apenas percebidas como simples dependências de uma droga mas como dependência de uma experiência que se instaura em relação ao mundo.

Bibliografia

FORBES, David, (1994). *False Fixes*. New York, State University of New York Press.

GARCIA-PABLOS, A., (1986). "Base para una política criminal de la droga". In Cobo del Rosal, M. (Ed.), *La problemática de la droga en España (Análisis y propuestas político-criminales)*. Madrid: Edersa, 335-399.

MACFARLANE, Aidan, MACFARLANE, Magnus et ROBSON, Philip, (1996). *The User*. Oxford University Press. Tradução portuguesa de Mário Cordeiro (1997). *Os Adolescentes e a Droga*. Lisboa, Quatro Margens Editora.

MIGUEL, Nuno (1997). "Toxicodependência: Uma perspectiva". *Toxicodependências*, 1, 25-30.

POIARES, Carlos, (1997). *Análise psicocriminal das drogas - o discurso do legislador*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

SISSA, Giulia, (1997). *Le plaisir et le mal*. Editions Odile Jacob. Tradução portuguesa de Magda Bigotte de Figueiredo, sob a direcção de António Oliveira Cruz, (1999). *O Prazer e o Mal - Filosofia da Droga*. Lisboa, Instituto Piaget. Colecção Epistemologia e Sociedade.

SZABO, D., (s/d) "Drogues, criminalité et culture: Essai de criminologie comparée". In *Perspectives in drug abuse*, S.1: s.n., 85-112.

XIBERRAS, Martine, (1993). *Les Théories de l'Exclusion*. Méridiens Klincksieck et Cie. Tradução portuguesa de José Gabriel Rego, sob a direcção de António Oliveira Cruz, (1996). *As Teorias da Exclusão - Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*. Lisboa, Instituto Piaget. Colecção Epistemologia e Sociedade.

WALDER, Patrick & AMENDT, Gunter, (1999). *Ecstasy & C.^a*. Tradução portuguesa de Leonor Figueiredo, (1999). *Ecstasy & C.^a- Tudo sobre as drogas de diversão*. Porto, Campo das Letras-Editores, S.A.. Colecção Campo da Actualidade-22.